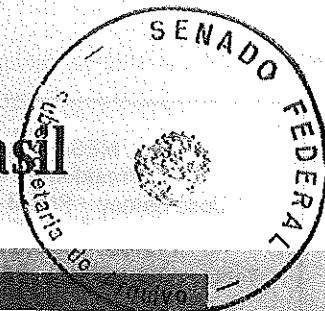
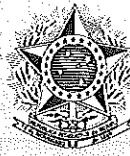


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LI - Nº 176

SEXTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

MESA	LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PPB
Presidente José Sarney – PMDB – AP	Líder Eúclio Álvares – PFL – ES	Líder Epitácio Cafeteira
1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL	Vice-Líderes José Roberto Aruá – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS	Vice-Líder Esperidião Amin
2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT		LIDERANÇA DO PT
1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO	LIDERANÇA DO PMDB	Líder José Eduardo Dutra
2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL	Líder Jáder Barbalho	Vice-Líder Benedita da Silva
3º Secretário Levy Dias – PPB – MS	Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda	LIDERANÇA DO PTB
4º Secretário Ermândes Amorim – PMDB – RO		Líder Valmir Campelo
Suplentes de Secretário		Vice-Líder Arlindo Porto
Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP (vago) Ney Suassuna – PMDB – PB		LIDERANÇA DO PDT
CORREGEDORIA PARLAMENTAR	LIDERANÇA DO PFL	Líder Júnia Marise
Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP	Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá	LIDERANÇA DO PSB
Corregedores Substitutos (Eleitos em 16 e 23-3-95)		Líder Ademir Andrade
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE	LIDERANÇA DO PSDB	LIDERANÇA DO PPS
PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16-11-95)	Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho	Líder Roberto Freire
Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omellas – PFL – BA Emilia Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF		LIDERANÇA DO PSL
		Líder Romeu Tuma

EXPEDIENTE		
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf	MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata	Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)
JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf	DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 152ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE SÉTEMBRO DE 1996	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Mensagem do Senhor Presidente da República	
Restituindo autógrafo de projeto de lei sancionado:	
Nº 223, de 1996 (nº 884/96, na origem), de 17 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 4, de 1996 – CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, crédito suplementar no valor de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.306, de 17 de setembro de 1996.....	16326
1.2.2 – Discursos do Expediente	
SENADOR BERNARDO CABRAL – Desenvolvimento sustentável da Amazônia. Destacando os setores produtivos daquela região, tais como as indústrias da Zona Franca, a mineração e a agropecuária.....	16326
SENADOR VALMIR CAMPELO – Comentários sobre o anunciado "pacote habitacional" do Governo Federal. Déficit habitacional brasileiro. ..	16326
SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Preservação dos preceitos constitucionais que garantem o direito adquirido, em relação às reformas da Previdência e da Administração, propostas pelo Poder Executivo.....	16330
SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Relatando o recebimento, em nome da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, de visita de delegação de sindicalistas de vários países da América do Sul, durante a qual foram discutidos os direitos sociais e trabalhistas, na área do	16331
Mercosul e do Acordo de Livre Comércio das Américas.....	16334
SENADOR LAURO CÂMPOS – Críticas ao Presidente da Radiobrás, Sr. Maurílio Ferreira Lima, pelo seu posicionamento político frente à entidade, em vista da proximidade das eleições municipais, demonstrado em reportagem da revista <i>IstoÉ</i> , de 31 de janeiro do corrente:	16336
1.2.3 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ODACIR SOARES – Concentração de terras no Brasil, mostrada no Atlas Fundiário Brasileiro, editado e lançado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.....	16340
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 144ª Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 1996, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....	16341
Diário do Senado Federal do dia 12 de setembro de 1996, referente a correções na Ata da 145ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 11-9-96.	16342
3 – MESA DIRETORA	
4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
5 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 152^a Sessão Não Deliberativa em 19 de setembro de 1996

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura

Presidência da Sr^a Emilia Fernandes e do Sr. Valmir Campelo

(Inicia-se a sessão às 14h 30min)

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 223, de 1996 (nº 884/96, na origem), de 17 do corrente referente ao Projeto de Lei nº 4, de 1996-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, crédito suplementar no valor de oito milhões de reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 9.306, de 17 de setembro de 1996.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – O expediente lido vai à publicação.

Passa-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, por 20 minutos, em permuta com o Senador Valmir Campelo.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminentíssima Senadora Presidente desta sessão Sr^a Emilia Fernandes, Srs. Senadores, quero inicialmente agradecer ao Senador Valmir Campelo pela gentileza da permuta na relação de oradores.

Entendi hoje de trazer ao debate desta Casa uma idéia que há tempos toma conta no meu raciocínio sobre a chamada floresta tropical, hoje muito em voga nas discussões e noticiários de jornais em algumas notícias que primam pelo absurdo. Certamente, essas notas têm autoria de quem nunca lá foi – refiro-me ao meu Estado – e me lembram aqueles pianistas que tocam muito bem de ouvido, sem conhecer a técnica da partitura.

O que é que eu entendo, Sr^a Presidente? O que é que se deve ter em conta: preservar a floresta tropical ou promover o desenvolvimento econômico da Amazônia? Essa é a temática e é sobre ela que quero me debruçar, agradecendo, desde logo, a atenção de V. Ex^a e dos eminentes Senadores que aqui se encontram, em número qualificativo muito elevado,

Volto à pergunta, Sr^a Presidente. O que se deve ter em conta: preservar a floresta tropical ou promover o desenvolvimento econômico da Amazônia?

Articulada estritamente nesses termos dicotómicos, a questão não tem resposta. Como escolher entre a conservação da riqueza natural, representada pelo ambiente amazônico, em termos de patrimônio genético e de complexidade ecológica por um lado, e a melhoria da vida humana por outro, representada pelo aumento – trazido pelo progresso – do emprego e da renda? Como escolher entre a devastação da floresta e a manutenção dos seus habitantes na miséria? Como escolher, enfim, entre homem e natureza?

Homem e natureza ao mesmo tempo; conservação e desenvolvimento. Eis, evidentemente, a única resposta. Esse é o caminho por que vem optando o Brasil, desmentindo as freqüentes denúncias internacionais de que o desmatamento na região estaria fora de controle. O cuidado brasileiro com a conservação do ecossistema florestal é demonstrado, por exemplo, pela aprovação recente de legislação que limita a 20% a área de exploração agrícola das propriedades rurais da Amazônia. A preocupação em levar à região o desenvolvimento capaz de retirar os amazônidas da secular estagnação econômica, por seu lado, é demonstrado pelos grandes projetos de geração de energia, de exploração mineral, de diversificação industrial e de implantação de infra-estrutura de transportes, que vêm sendo realizados, em conjunto, pelo Governo e pela iniciativa privada.

A essa contradição entre conservacionismo e desenvolvimentismo, cuja síntese solucionadora, como os Srs. Senadores sabem, é o desenvolvimento sustentado, sobrepõe-se outra dicotomia muito difundida: aquela que contrapõe a integração da re-

gião ao Brasil, de um lado, e sua internacionalização, do outro. Nesse ponto, é preciso deixar bem clara uma coisa: de modo algum nosso País abrirá mão de sua soberania, historicamente reconhecida, sobre seu território amazônico. Internacionalizar, no sentido de desnacionalizar, é projeto que pode ser, desde já, excluído da agenda de discussões.

Há, porém, um meio de integrar a Amazônia, a um tempo, ao Brasil e ao mundo, resolvendo essa segunda dicotomia: trata-se de inserir a região no mercado global. Isso implica, em primeiro lugar, abertura comercial da região e do País como um todo, o que vem sendo feito desde o início desta década. Implica também que a região precisa, por um lado, produzir mercadorias exportáveis e, por outro, amealhar os recursos de que necessita para comprar os bens e serviços de que não disponha internamente. Ainda uma vez, a solução só pode ser encontrada no desenvolvimento sustentado, que concilia, nas vantagens comparativas da comercialização de produtos da floresta, as necessidades de conservação e de progresso material.

Tendo em mente as noções fundamentais que acabo de delineiar, gostaria agora que os Srs. Senadores emprestassem sua atenção para uma apresentação sumária, que passo a fazer, de iniciativas novas e antigas – mas bem-sucedidas – que vêm sendo tomadas no sentido do desenvolvimento sustentado da Amazônia.

Um exemplo auspicioso de projeto que harmoniza preservação ambiental, atividade econômica e justiça social é o de uma reforma agrária ecológica que destinará, até o ano 2000, 50 milhões de hectares ao assentamento de 100 mil famílias dedicadas às atividades extrativistas. Isso representa uma guinada em relação à tendência de somente se pensar em reforma agrária para assentamento de colônias agrícolas e, ao mesmo tempo, um forma de se respeitar a floresta e a cultura de seus habitantes, que poderão exercer suas atividades tradicionais, notáveis por seu caráter auto-renovável e não-predador. Ocupando em média 500 hectares, cada família será capaz de se sustentar com a exploração da borracha e da castanha-do-pará e com o corte seletivo da madeira, sem causar dano ao meio ambiente.

Nesse ponto faço uma reflexão. Ainda ontem, participamos de uma reunião no gabinete da Presidência do Senado, à frente o Deputado Luís Eduardo Magalhães, Presidente da Câmara, quando estivemos frente a frente com o Chanceler Helmut Kohl.

S. Ex^a lembrava, neste Senado, o turismo ecológico; a sua visita, já pela segunda vez, ao Estado

do Amazonas, ao interior do Estado. O Chanceler pensava apenas na primeira visita que ali fez, por algumas horas, e acabou quedando-se durante três dias, quase que como um hóspede anônimo.

Ressaltou que, em verdade, aquela beleza que existe na Amazônia, em termos ecológicos, é inconfundível com o resto do mundo. Disse S. Ex^a na reunião – palavras textuais: "ainda bem que o ser humano tem duas pernas para poder andar e conhecer isso tudo!"

Quando eu o saudei, lembrei-me da sua imagem quando se referiu às duas pernas para caminhar. Disse-lhe, então, que, felizmente, nós, seres humanos, também dispúnhamos de dois braços para poder abraçá-lo na nossa floresta amazônica.

Continuando, Sr. Presidente, esses assentamentos, além de conferirem ao caboclo da Amazônia a possibilidade de manter, em sua própria terra, uma atividade econômica que o sustente, permitirão que se desafoguem as cidades do Norte do Brasil, cujas periferias se favelizaram hoje com a migração das famílias extrativistas que vêm abandonando a floresta, expulsas pelos conflitos de terras e pela degradação ambiental de algumas partes da Região.

Alliás, nesse particular, devo fazer um registro elogioso ao eminentíssimo Senador Valmir Campelo. Ainda outro dia, dizia-me que o problema da migração não apenas afogava as cidades do Norte do Brasil. Brasília, a terra que ele havia adotado como a sua segunda terra natal, começou a inchar nas periferias, e as obras, sobretudo as de saneamento, não permitiam que o povo que para cá viesse, em busca de dias melhores, tivesse aquela idéia da época da construção da cidade.

Repetiu-me o Senador Valmir Campelo as palavras de Juscelino Kubitschek, com quem conviveu mais de perto do que eu, de que aqui, neste Planalto Central, os brasileiros seriam mais brasileiros.

De modo que quando me reporto ao problema das cidades do Norte do Brasil, que começam a se afogar nas periferias que se favelizam, traduzo um problema nacional.

Peço permissão ao eminentíssimo Senador Valmir Campelo para registrar suas palavras, sem pagar o royalty de oratória que mereceria.

O Sr. Valmir Campelo – Permite-me V. Ex^a um aparte?

SR. BERNARDO CABRAL – Com muito prazer, Senador Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo – Agradeço a V. Ex^a ser citado em seu pronunciamento. Para mim, isso é uma honra muito grande.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Ex^a merece, até porque inspirei-me rigorosamente em uma conversa reservada que tivemos há dias.

O Sr. Valmir Campelo – Fico muito feliz e me sinto muito orgulhoso de ser citado no pronunciamento de V. Ex^a. Eu queria parabenizá-lo por mais uma abordagem de suma importância que V. Ex^a traz ao Plenário do Senado Federal. V. Ex^a tem sido um defensor da soberania da Amazônia, do Norte como um todo, do nosso País. Hoje, V. Ex^a se refere a uma outra questão: o problema das favelas, o inchaço que provocam nas grandes cidades. Realmente, preocupamo-nos muito com essa migração desenfreada para os grandes centros. Preocupa-me, por exemplo, o Projeto de Renda Mínima, apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy. Aquele segundo o qual se a criança estiver estudando, o seu pai receberá um salário mííímo. Propus que discutíssemos bem a matéria e que verificássemos se essa proposta não seria mais conveniente para as cidades de até um certo número de habitantes, cidades menores. Caso contrário, teremos uma migração desenfreada para os grandes centros urbanos. Teríamos de dar condições às populações das cidades menores, não apenas beneficiando com um salário mííímo aquele pai desempregado e que mantém os seus filhos na escola; o Governo deveria intervir garantindo saúde, educação e segurança, fazendo com que o cidadão permanecesse no seu Estado de origem, na sua cidade pequena, na zona rural de seu Município. Vejo a constante preocupação de V. Ex^a com o seu Estado, principalmente no que diz respeito ao problema das favelas, da falta de saneamento. Logo mais, vou abordar neste plenário o problema habitacional do nosso País. Tive a oportunidade de apresentar um projeto na semana passada a esse respeito e, agora, provavelmente o Governo baixará uma medida provisória. V. Ex^a, portanto, está de parabéns mais uma vez Senador Bernardo Cabral, pela sua inteligência, pela sua competência, V. Ex^a tem sido um defensor firme, corajoso do seu Estado. Parabéns pelas luzes que V. Ex^a traz ao Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Obrigado, Senador Valmir Campelo.

V. Ex^a diz bem ao referir-se à esperança desses migrantes quando vêm para as cidades. Eles deixam os seus lugares humildes, alguns no interior dos seus Estados, e vêm forrados de esperanças.

Entretanto, temo, lamento que esse tipo de esperança seja uma espécie de frágil aspiração em trânsito para o desencanto. As famílias vêm com os

filhos, ora mocinhos de 12, 13 anos, ora rapazes. Quando não encontram emprego, nem sequer subemprego, o menino cai na marginalidade, com a alcunha de pivete, e a menina, como prostituta infantil.

Ainda hoje, pela manhã, um certo cronista, que teima em diminuir o Poder Legislativo, em apodá-lo, registrou que não havia ninguém no Senado, que as pessoas que quisessem falar com algum Senador deveriam ir ao boteco da esquina, porque lá havia alguém. Como se fosse altamente engrandecedor alguém tecer uma crítica dessa natureza, esquecido de que, no dia em que este Poder Legislativo estiver fechado, as portas para essas críticas, que não são corretas, também não se abrirão. É como aquele barco que soçobrava ao meio do vendaval: um garoto estava em seu camarote, e o navio, prestes a afundar. O naufrágio era iminente quando o imediato viu o garoto, de 13, 14 anos, gargalhando. Disse-lhe, então: "Mas você não tem o senso da tragédia? O navio está afundando e você está rindo!" "Estou rindo porque o meu pai está no comando, e o navio não afundará!"

Quando o Poder Legislativo deixar de estar no comando, todos afundarão juntos, Sr. Presidente, os que criticam, sem estarem à altura de fazê-lo, ou, quando nada, apenas pela idéia de pensar que poderão, à custa da diminuição de uns, crescer. Essa é a mais virulenta e errônea interpretação que não está à altura.

Mas agora a minha preocupação é com a minha terra. Desejo falar sobre as atividades produtivas. Sei que, agora, enriquecido pela presença do Senador Josaphat Marinho, fica a qualidade ainda mais alta.

Continuo, Sr^a Presidente Emilia Fernandes, dizendo que no que diz respeito às atividades produtivas de maior porte, gostaria de destacar os três setores que se vêm tornando os mais importantes da pauta de exportações da Amazônia: a mineração, a agropecuária e a indústria da Zona Franca de Manaus.

Devo registrar aqui, Sr^a Presidente, que não faço parte de nenhuma empresa de mineração, não faço parte de nenhuma empresa que exporta da Amazônia e muito menos tenho um escritório na Zona Franca de Manaus. Não sou acionista de banco, também não lhes devo nada. Vivo exclusivamente da minha profissão de advogado. Defendo a Zona Franca de Manaus, às vezes até em tom repetitivo, porque sei que ela é responsável por 97% da receita federal do meu Estado e apenas em Manaus. No momento em que a fecharem, estarão fechando como um todo o Estado. Alguns outros poderão ter

interesse direto. O meu é apenas o lado social do povo da minha terra.

Voltando aos três setores, digo que, cada um por seu lado, esses setores têm contribuído decisivamente para inserir a região no mercado mundial, debelando assim o marasmo em que ela se encontrava desde o fim do ciclo da borracha, no início deste século.

Faço aqui um parêntese para lembrar aos eminentes Senadores que o Estado do Amazonas, no começo do século, contribuía com 51% do Orçamento desta Nação. Faço questão de deixar isso registrado, para mostrar que um dia também fomos o carro que puxava o resto dos vagões.

Volto ao segundo ponto, o da mineração:

A mineração na região amazônica é hoje responsável por cerca de dois terços do valor das suas exportações. Para se ter uma medida do relevo que a mineração tem hoje na economia da região, basta dizer que, entre 1994 e 1995, as exportações da região cresceram 13%, enquanto o aumento das exportações minerais atingiu 22%. Os principais produtos embarcados são o minério de ferro, a bauxita, o alumínio, o manganês e o cauim.

A atividade agropecuária é o segundo item da pauta de exportações da Amazônia. A exportação de grãos, especialmente de soja, tem crescido extraordinariamente, com a quebra sucessiva de recordes de produtividade em Mato Grosso e a expansão da área cultivada ao Maranhão e a Rondônia.

A Zona Franca de Manaus, por último, constitui um exemplo de programa desenvolvimentista bem-sucedido. Depois de quase trinta anos de sua instalação, a indústria da Zona Franca é responsável pela elevação do nível de vida da população de Manaus e do Estado do Amazonas em geral. Tanto isso é verdade que, no recente relatório das Nações Unidas sobre qualidade de vida, os amazonenses figuraram com índices muito superiores aos dos outros Estados da região, sendo superados somente pelos habitantes do Distrito Federal e das Unidades Federadas mais ricas, das regiões Sudeste e Sul. É relevante, ainda, destacar o papel da Zona Franca na arrecadação tributária nos três níveis de Governo, tendo sido responsável pelo recolhimento, no ano passado – e aqui destaco em letras garrafais para o meu discurso –, de mais de U\$2 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais. Isso acaba com a balela de alguns tecnocratas – esses dados são fornecidos pela Secretaria da Receita Federal – de que o Estado recebe mais em incentivos do que deixa à União. Veja, V. Ex^a, Sr^a Presidente, que isso é abso-

lutamente inverídico. Repito: são mais de U\$2 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais.

Vou finalizar, Sr^a Presidente. Sei que o ideal seria que eu pudesse fazer nesta apresentação uma projeção do velho sonho amazônico e brasileiro – penso que isso toca um pouco o Estado de V. Ex^a –: a integração das grandes bacias hidrográficas do subcontinente sul-americano. Nenhuma época seria mais adequada para a retomada e para a realização desse sonho do que este momento histórico em que nossas Nações estreitam relações na grande zona de integração econômica, da qual o Mercosul representa apenas o começo. Se interligarmos as bacias do Prata e do Amazonas, a maior parte da produção sul-americana poderá ser escoada pelo menos custoso dos meios de transporte; se adicionalmente interligarmos as bacias do Amazonas e do Orinoco, estaremos disponibilizando um grande corredor que ligará Buenos Aires ao Caribe, trazendo a completa integração comercial a todo o povo ibero-americano.

Segundo autoridades técnicas internacionais, a interligação das bacias do Amazonas e do Prata é o próximo projeto lógico de desenvolvimento de bacias fluviais do mundo, não existindo qualquer impedimento insuperável de engenharia para a sua realização. O economista venezuelano Paul Georgescu vai mais além: diz que mais de 90% dessa gigantesca malha hídrica poderia tornar-se francamente navegável. Agora, digo eu, importante é ressaltar o fato de que as obras de interligação dessas enormes bacias hidrológicas podem ser realizadas com menor impacto ambiental que a construção das rodovias que têm constituído a modalidade principal da matriz brasileira de transportes.

É que, Sr^a Presidente, não tem como comparar construção de rodovia com bacia hidrográfica, porque o rio é a estrada natural que comanda a vida naqueles Estados que têm, como o de V. Ex^a e o meu, possibilidades para isso.

Concluo: vencer a estagnação econômica ou a miséria não é um dilema. Pelo contrário: é da pobreza que provém a maior ameaça ao ambiente, porque ela torna a mera sobrevivência a única moral. Com um plano consistente de desenvolvimento sustentado, poderemos superar os dois problemas, ultrapassando as dicotomias a eles associadas e fazer da Amazônia o Eldorado imaginado pelos primeiros colonizadores ou para lembrar, já que esteve aqui o chanceler Helmut Kohl, o que aprendi quando aluno do então Pedro II: que um alemão chamado Alexander Freiherr Von Humboldt dizia que o Amazonas é o celeiro do mundo.

Espero, Sr^a Presidente que não seja mais uma esperança que nada mais significa do que aquela frágil aspiração em trânsito para o desencanto. Não quero sair desencantado.

Era o que eu tinha a dizer Sr^a, Presidente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o Governo Federal está anuncian- do, para a próxima semana, o que a imprensa já se encarregou de chamar de pacote da habitação.

A intenção do Governo é mandar ao Congresso Nacional projeto de lei ou medida provisória alte- rando substancialmente as atuais disposições do Sistema Financeiro da Habitação.

De acordo com o que foi divulgado pela im- prensa, as principais alterações são as seguintes:

- Serão prorrogados os prazos de finan- cialmen- to para os mutuários com prestações muito al- tas, reduzindo-se, por via de conseqüência, o valor das mensalidades;

- os mutuários inadimplentes poderão valer-se do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Ser- viço, o FGTS, para quitar as prestações atrasadas;

- os mutuários sob o regime do sistema hipote- cário, cujas prestações têm reajuste trimestral, pode- rão mudar para o Sistema Financeiro de Habitação, se assim o desejarem, passando a ter apenas o re- ajuste anual das suas mensalidades.

O anunciado "pacote da habitação" prevê, ain- da, a securitização da dívida do Fundo de Compen- sação das Variações Salariais, ou seja, a transfor- mação da dívida do Tesouro com o SFH em títulos.

Essa medida, segundo os técnicos da Caixa Econômica Federal, possibilitará a quitação anteci- pada dos contratos firmados até março de 1990, com descontos variáveis entre 30 e 50%.

Outra novidade é que os chamados "contratos de gaveta" poderão ser regularizados, desde que o mutuário pague 2% do saldo devedor atual e aceite um aumento de 20% nas prestações.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, as me- dias contidas nesse anunciado "pacote da habita- ção", com exceção dessa última, referente aos "con- tratos de gaveta", que se me afigura extremamente injusta, parecem representar um avanço significativo na conturbada questão habitacional em nosso País.

As medidas anunciadas, de um modo geral, vi- sam ao aperfeiçoamento do Sistema Financeiro de

Habitação, cujas regras, todos sabemos, de há mui- to reclamam por modificações capazes de tomar o sistema mais ágil e menos injusto.

Mas o pacote, Sr^a Presidente, pelo menos no que foi divulgado pela imprensa, não fala na retoma- da dos investimentos no setor de habitações.

E nós sabemos que o déficit de habitações em nosso País é o maior do planeta, atingindo a monu- mental cifra de 5,6 milhões de habitações.

Isso significa, se levarmos em conta o tam- anho médio das famílias brasileiras, normalmente com- postas de quatro pessoas, que o País possui hoje 22 milhões e meio de cidadãos atingidos pela falta de moradia, algo mais ou menos como uma popula- ção inteira da Espanha sem casa para morar dentro do Brasil.

Contrastando com esses números preocupan- tes, pesquisas oriundas do Banco Mundial dão conta de que o Brasil gasta cada vez menos com habita- ção, bem-estar social e infra-estrutura urbana.

Segundo aquela respeitada instituição financei- ra, a participação desses setores na despesa geral do Governo brasileiro caiu de 32% para pouco mais de 24%.

Por outro lado, a tímid a política habitacional do Governo está quase que exclusivamente voltada para os segmentos de menor renda, deixando a classe média extremamente penalizada.

O "pacote habitacional", anunciado para a se- mana que vem, repito, não toca nesses aspectos es- truturais da questão habitacional brasileira, de acor- do com o que foi divulgado pelos jornais.

Outro aspecto obscuro refere-se aos cha- mados "contratos de gaveta", aquelas saídas desespe- radas que os adquirentes de imóvel financiado pela CEF adotam, para não verem os valores das presta- ções nas nuvens, quando se dispõem a efetuar a transferência.

Segundo o que foi divulgado, a CEF se dispõe a aceitar a regularização mediante o pagamento imediato de 2% do valor do imóvel e mais 20% de reajuste no valor da prestação.

Ora, Sr^a Presidente, o critério permanece injus- to. Exigir o pagamento do percentual de 2% do valor do imóvel em função de quê? Aumentar 20% sobre o valor da prestação com base em quê? Isso me pa- rece – perdoem-me a expressão – extorsão, pura e simples.

A mim me parece que bastaria eliminarmos a "kafkiana" burocacia que cerca essas transferências de financiamentos no âmbito do SFH para solucio- narmos o problema.

Há pouco tempo, apresentei, nesta Casa, um projeto de lei nesse sentido e vou mantê-lo. Se possível, vou alterar a proposta do Governo Federal, quando da apreciação da matéria neste plenário.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, em linhas gerais, a intenção do Governo é louvável. As medidas anunciadas tendem a minorar os problemas enfrentados por uma legião de brasileiros prejudicados por concepções e regras equivocadas do Sistema Financeiro da Habitação.

Tenho a impressão de que a acolhida dessas propostas, tanto por parte do Congresso Nacional, quanto pela sociedade brasileira em geral, será extremamente positiva.

Falta, agora, como já disse, uma decisão corajosa no sentido de retomarmos os investimentos no setor e o estabelecimento de uma política mais abrangente, que leve em conta as necessidades da classe média, que tem sido a grande excluída, a grande sacrificada dos programas governamentais de moradia.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda, por 20 minutos.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, preparamo-nos para, em breve, decidir acerca de reformas constitucionais propostas pelo Poder Executivo, especialmente as alusivas à Previdência e à Administração do País.

Conquanto mereçam o nosso apoioamento, é fato notório que essas pretensões governamentais foram alvo de malogradas contestações na Câmara dos Deputados, onde terminaram prevalecendo disposições que frontalmente agride a Constituição da República, ao dela ignorarem imperiosa obediência ao princípio do direito adquirido.

Aqui, porém, vários Senadores já se encarregaram de advertir que a aprovação das propostas, por decisão meramente política daquela Casa, não importa, necessariamente, na disposição de o Senado as referendar, assim convalidando flagrante violência à ordem constitucional, ao Direito e à Justiça.

O Senador Antonio Carlos Valadares, referindo-se às lições dos constitucionalistas Carlos Ayres Britto e Valmir Pontes Filho, foi conclusivo na definição: "se existe algo que não pode ser alterado por emenda constitucional é o direito adquirido, previsto no texto da atual Constituição".

Não se há de pensar, conseguintemente, à luz do Direito Constitucional, na insubstancial proprieda-

de de a emenda, acaso recepcionada pelo Congresso Nacional, desconstituir direitos regularmente consolidados, sob o corriqueiro e despiciendo argumento de que não há direito adquirido contra a Constituição, pois o que é de altaneira e pacífica percepção é a existência desse direito contra emendas tendentes a modificar a já colocada "normatividade jurídica-potitiva de Estado soberano", referida por Kelsen.

Portanto, no correto entendimento daqueles especialistas, "importa preservar a inteireza do princípio da segurança das relações jurídicas, que tem na intocabilidade do direito adquirido uma das suas mais expressivas manifestações pontuais".

Muito antes, Rui Barbosa já extensamente, a esse propósito, que "o aposentado, o jubilado, o reformado, o pensionista do Tesouro, são credores da Nação, por títulos definitivos, perenes e irretroatáveis".

E que "sob um regime, que afiança os direitos adquiridos, santifica os contratos, submete ao cânon da sua inviolabilidade o Poder Público, e, em garantia deles, adstringe as leis à norma tutelar da irretratatividade, não há consideração de natureza alguma, juridicamente aceitável, moralmente honesta, socialmente digna, logicamente sensata, pela qual se possa autorizar o Estado a não honrar a dívida, que com esses credores contraiu".

"Na espécie das reformas, jubilações ou aposentadorias, a renda assume a modalidade especial de um crédito contra a Fazenda, e, por isso mesmo, a esta não seria dado jamais exonerar-se desse compromisso essencialmente contratual, mediante um ato unilateral da sua autoridade."

O sempre reverenciado Senador Josaphat Marinho, em pronunciamento que exorna os Anais do Parlamento, reportou-se, há pouco, à Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal – STF, tida pela Administração Pública como autorizativa de atos anulatórios ou modificativos de direitos dos servidores públicos.

A orientação da Excelsa Corte, no entanto, concede simplesmente que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando elvidos de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originaram direitos, ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvados, em todos os casos, a aplicação judicial".

Indaga, então, com veemência, o Senador baiano: "Como se há de admitir que funcionários, que estão percebendo vencimentos há cinco, seis e mais anos, com fundamento na interpretação que as autoridades federais deram às normas, possam ter suas vantagens agora reduzidas, sob o fundamento

de ilegalidade? Onde está a garantia do direito adquirido, estabelecido na Constituição?"

Não declarasse a Carta, em seu artigo quinto, que "a lei não pode atingir o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada", quer-se, por medidas administrativas ou revogação de cláusulas pétreas, alterar ou extinguir vantagens e direitos concedidos a funcionários em atividade e a servidores aposentados.

Conseqüentemente, o Senador Josaphat Marinho, com irretocável acerto, leciona que "o poder de interpretar as leis não envolve o de subvertê-las", significando que "o poder de rever atos administrativos não pode contrariar o princípio constitucional do respeito ao direito adquirido".

Não está delegado ao Governo o poder de rever situações consolidadas no patrimônio dos servidores, ativos ou inativos. Mesmo assim, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado vem promovendo a alteração ilimitada de vencimentos e proventos concedidos. Descrê que "a Constituição quis assegurar aos aposentados todas as vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade e não cuidar de reduzir direitos, em face de discussão sobre a situação de funcionários ativos".

A vaga referência ao "interesse público", tomado como justificação dos propósitos do Governo, não é socorro aceitável, pois não se o protege mediante a "violação de direitos, mas com a supressão de vícios e irregularidades. No estado de direito, a que a Constituição expressamente se refere, não há outro modo de decidir com legitimidade".

Decerto, não é esse o procedimento adotado pela Administração, porquanto o mais difícil e imposto pela ordem jurídica. Tem-se, amiúde, optado pela prática deliberada de ilegalidades e inconstitucionalidades, que a tanto correspondem a redução e cancelamento de direitos, transferindo para o Judiciário as procedentes queixas dos prejudicados.

Parece confundir-se o titular de direitos com o portador de privilégios, quando "saber distinguir essas situações é obrigação jurídica e moral de governante e do legislador", para que seja preservado o respeito público.

Por derradeiro, o Professor Josaphat Marinho refere-se à polêmica questão da estabilidade, direito constitucionalmente assegurado aos servidores nomeados em virtude de concurso público, após dois anos de efetivo exercício. Nesse caso, quando muito, seria possível "restringir o alcance da modifica-

ção" – que se pretende permissiva de demissões "por faltas graves ou insuficiência de desempenho" – apenas às situações futuras, em nome da "lógica e da prudência".

Ao que é dado observar, o fim da estabilidade dos servidores públicos, além de desconsiderar o direito adquirido, tem finalidade casuística, pois visa tão-somente às demissões em massa, nos quadros da União, Estados e Municípios, sob a razão principal de corte das despesas públicas.

Desprezando o funcionalismo concursado, cuida a proposta de permitir a contratação de novos servidores, pela livre escolha dos governantes, método que passa a substituir o sistema de mérito, para o ingresso na Administração.

Veja-se que, também nesse ponto, configuram-se outras inconstitucionalidades, pois está o Poder Público obrigado, consoante o mandamento do art. 37 da Lei Maior, a observar os princípios da impensoalidade e da moralidade, nos critérios da admissão de servidores.

Sujeitando-se aos parâmetros propostos, a admissão do funcionário, de uma só vez, configura ato administrativo inteiramente pessoal e imoral, por quanto resultante de escolha arbitrária da autoridade, dispensada de processar a pública avaliação da competência do novo servidor.

Vamos concluir, Sr. Presidente, esta nossa breve intervenção, consignando ainda, a respeito do princípio constitucional do direito adquirido, a advertência do Professor Celso Antonio Bandeira de Mello, que merece a reflexão de todos os Srs. Senadores: "Não se pode entender corretamente uma norma constitucional sem atenção aos princípios consagrados na Constituição e não se pode tolerar uma lei que fira um princípio adotado na Carta Magna.

Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio violado, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. JOEL DE HOLLANDA EM SEU DISCURSO:**

ANEXO I**DIREITO ADQUIRIDO**

"O Cidadão, que a Lei aposentou, Jubilou ou reformou, assim como o a que ela conferiu uma pensão, não recebe esse benefício, a paga de serviços que esteja prestando, mas a retribuição de serviços que já prestou, e cujas contas se liquidaram e encerraram com um saldo a seu favor, saldo reconhecido pelo Estado com a estipulação legal de lhe mortizar mediante uma renda vitalícia, na Pensão, na Reforma, na Jubilação ou na Aposentadoria.

O Aposentado, o Jubilado, o Reformado, o Pensionista do Tesouro, são credores da Nação, por títulos definitivos, perenes e Irretratáveis.

Sob um regime, que afiança os direitos adquiridos, santifica os contratos, submete ao cânón de sua inviolabilidade o Poder Público, e, em garantia deles, adstringe as Leis à Norma Tutelar da Irretroatividade, não há consideração de natureza alguma, juridicamente aceitável, moralmente honesta, socialmente digna, logicamente sensata, pela qual se possa autorizar o Estado a não honrar a dívida, que com esses credores contraiu, obrigações que para com eles firmou...

A Aposentadoria, a Jubilação, a Reforma, são Bens Patrimoniais, que entraram no ativo dos beneficiados como renda constituída e Indestrutível para toda a sua vida, numa situação jurídica semelhante à de outros elementos da propriedade individual, adquiridos, à maneira de usufruto, com a limitação de pessoas, perpétuas e intransferíveis.

Na espécie das Reformas, Jubilações ou Aposentadorias, a renda assume a modalidade especial de um crédito contra a Fazenda, e, por isto mesmo, a esta não seria dado jamais exonerar-se desse compromisso essencialmente contratual, mediante um ato unilateral da sua autoridade."

Rui Barbosa.

DIREITO ADQUIRIDO

O Estado de S.Paulo

Josaphat Marinho

É de estranhar a reação de parcela do governo e da imprensa ao parecer do Deputado Prisco Viana à Emenda Constitucional nº 173, definidora da reforma administrativa. A divergência é natural e inerente ao processo democrático. A condenação áspera à manifestação técnica do parlamentar revela espírito de intolerância, incompatível com o regime de independência dos poderes. Se a "independência" deve ser exercida com ânimo de harmonia como prescreve a Constituição, nem por isso há de se converter em submissão.

A relação é de recíproco respeito entre Legislativo e Executivo, exatamente, para que um e outro cumpram suas funções sem constrangimento. Vai por quase 30 anos, Chandemagor observou que, no confronto Governo x Parlamento, o diálogo só será fecundo se repousar na igualdade. As mudanças no mundo não enfraqueceram essa verdade, fortaleceram-na. Nem a alte-

ram os vínculos momentâneos estabelecidos pelos partidos, pois não de assentar em critérios éticos.

A oposição de equilíbrio dignifica os poderes e resguarda o interesse público. É o que retrata o parecer do representante balanço. Elaborado de forma adequada a uma comissão técnica, reveste-se de sobriedade e fundamentação. Sujeito a controvérsia, como toda revelação da inteligência, pede reflexão, e não rispidez. Divergência possível com parte de suas afirmações não justifica oposição radical ao conjunto de seus termos ponderados. Se a comissão em que foi apresentado é de Constituição e o respeito, a direitos dos servidores. O interesse público não é protegido com violação de direitos, mas com a supressão de vícios e irregularidades. No estado de direito, a que a Constituição expressamente se refere, não há outro modo de decidir com legitimidade.

O procedimento pode não ser o mais fácil, mas é o que exige a ordem jurídica e democrática. Por isso não se deve transferir a questão de legalidade e constitucionalidade ao Poder Judiciário, renunciando a tarefa indeclinável. Câmara e Senado estão funcionalmente obrigados a imprimir regularidade a seus atos, e para fiscalizá-los e dar-lhes conteúdo próprio têm comissões especializadas. A deliberação de cada poder é legítima, se obediente à natureza dos respectivos encargos constitucionais. É o estilo a que se submeteu o parecer emitido na Câmara para a discussão conveniente.

Quando, nesse documento, o deputado sustentou ser inatingível a estabilidade já conquistada pelo servidor, não criou direito, interpretou o que advém da Constituição. O texto constitucional vigente assegura a estabilidade aos dois anos de efetivo exercício aos servidores nomeados em virtude de concurso público, na forma de seu art. 41. E se o art. 5º, XXXVI, declara que a lei não prejudicará o direito adquirido, o art. 60, § 4º, proíbe emenda tendente a abolir direitos e garantias individuais. O sistema da Constituição, portanto, resguarda o direito adquirido, mesmo contra emenda. Logo, reservar o alcance da modificação para as situações que sobrevierem não é absurdo, mas critério lógico e prudente. Ainda assim, impõe-se a revisão da emenda para restringir ou delimitar as hipóteses de perda do cargo. Permitir a perda do cargo, como quer a emenda, "por qualquer falta grave", ou por insuficiência de desempenho", é quase reduzir a garantia da estabilidade à demissibilidade ad nutum.

Tem-se dito, com desenvoltura, para justificar emendas, que não há direito contra a Constituição. Sim, se o direito já não estiver nela consagrado, como resguardado se está contra o da estabilidade. E se emenda pode modificar a Constituição, está, entretanto, sujeita a limites expressos e implícitos, para não deformar ou negar o sistema em que se baseia, como recentemente assinalaram na doutrina Gomes Canotilho e Ignácio de Otto, e o reconheceu o STF no caso do IPMF.

Assim, as idéias do relator sobre estabilidade, e outras, resistem à crítica irritada porque amparam o regime constitucional e direitos que nele se inserem. Erros e excessos indefensáveis, apurados na administração, não podem ser corrigidos com preju-

zo do que é legítimo. Tanto é de interesse público a eliminação de abusos quanto o respeito às situações regularmente constituídas. O titular de direitos não deve ser confundido com o portador de privilégios. Saber distinguir essas situações é obrigação jurídico-moral do governante e do legislador, para que preservem o respeito público.

Josaphat Marinho é Senador (PFL - BA).

Durante o discurso do Sr. Joel de Holanda, a Sra. Emilia Fernandes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr Presidente, Srs e Sras. Senadores, em nome da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, recebi, na última quinta-feira, dia 12 de setembro, uma delegação de sindicalistas de vários países, que vieram trazer ao Congresso Nacional brasileiro as suas preocupações sobre os processos de integração econômica, particularmente na América Latina.

A Comissão, liderada pelo Secretário-Geral da Organização Interamericana de Trabalhadores, Luiz Anderson, da Venezuela, contou com a participação de dirigentes sindicais da Argentina, do Chile, do Canadá, dos Estados Unidos e da Jamaica, além dos Presidentes das centrais sindicais brasileiras, Luiz Antônio Medeiros, da Força Sindical, Enir Severino da Silva, da CGT, e Vicente Paulo da Silva, da CUT.

**GRUPO DE TRABALHO SOBRE A
INTEGRAÇÃO MISSÃO AO CONE SUL
9 - 13 SET/96**

Membros da Missão

Luis Anderson	Secretário Geral Ciosl/orit
Dick Martin	Tesoureiro Clc (Canadá)
Earbara Shalor	Relações Internacionais Aflcio (Eua)
Stanley Gasek	Relações Internacionais Aflcio (Eua)
Bruce Jay	Representante Aflcio
Lloyd Goodleigh	Secretário Geral Jctu (jamaica)
Roberto Alarcón	Presidente Cut (Chile)
Francisco Gutierrez	Secretário Relações Internacionais Cgt (Argentina)

Enir Severino da Silva	Presidente Cgt (Brasil)
Valdir Vicente de Barros	Diretor Relações Internacionais Cgt (brasil)
Vicente de Paulo da Silva	Presidente Cut (Brasil)
Kjeld Jakobsen	Diretor Relações Internacionais Cut (Brasil)
Luiz Antonio de Medeiros	Presidente Força Sindical (brasil) (missão A Brasília)
José Ibrahim	Secretário Relações Internacionais Força Sindical (Brasil)
Ricardo Patah	Tesoureiro Geral Força Sindical (missão A Santiago E Buenos Aires)

Os representantes dos trabalhadores, que também mantiveram encontros com Ministros, das Relações Exteriores e da área econômica, e com o Presidente da República, apresentaram a necessidade da inclusão de uma cláusula social de proteção mínima aos trabalhadores, nos terrenos social e trabalhista, frente à globalização, no âmbito da Organização Mundial do Comércio e também do Mercosul.

Essa cláusula social é entendida como instrumento para assegurar determinados parâmetros mínimos de proteção ao trabalhador, na ausência dos quais considera-se que o país exportador desenvolve concorrência desleal, utilizando-se de mão-de-obra barata para colocar seus produtos a preços mais competitivos no mercado internacional.

No documento "Normas de Trabalho Internacional e Comércio", a Organização Interamericana de Trabalhadores adverte:

"Os direitos dos trabalhadores e até mesmo a democracia são ameaçados por poderosas forças, dispostas a sacrificar os trabalhadores na busca do lucro máximo e acesso aos mercados, enquanto os países e as empresas competem, forçando a deterioração dos salários e das condições de trabalho, ao invés do aumento geral da produtividade. Um crescimento equilibrado, a longo prazo, do comércio global, depende do aumento constante do poder aquisitivo dos trabalhadores. Uma corrida descendente diminui o crescimento dos mercados de consumo, cria desigualdades e tensões sociais severas e promove tendências protecionistas, sobrepondo o objetivo da abertura de novos mercados."

Diz, ainda:

"Em um mercado mundial cada vez mais competitivo, os governos deveriam concordar com um parâmetro mínimo de normas trabalhistas, para assegurar a melhoria das condições sociais à medida em que o comércio se expande. Um compromisso global com relação aos direitos básicos dos trabalhadores auxiliará a distribuição mais justa dos benefícios do comércio dentro dos e entre os países, permitindo aos sindicatos trabalhar para garantir que o aumento do comércio e da competição conduza à melhoria das condições de trabalho e do meio ambiente."

Entre os pontos reivindicados pelos trabalhadores, destacamos também a exigência da proibição do trabalho infantil e do trabalho escravo, o que, infelizmente, ainda se registra em vários pontos do Brasil e da América Latina, comprometendo qualquer avanço econômico que venha a se concretizar com os acordos de comércio atualmente em negociação ou em fase de implantação.

No Brasil, por exemplo, temos cerca de 3,5 milhões de menores de 14 anos que trabalham, sendo que mais de 70% deles recebendo em torno de meio salário mínimo, e outros, na condição de semi-escravos, cumprindo jornadas de até 12 horas, sem receber nada por isso.

Nessa situação, trabalhando em carvoarias, fábricas de calçados, madeireiras, em laranjais ou em canaviais, em condições de trabalho extremamente insalubres, eles têm comprometido irreversivelmente seu corpo - mas, ainda mais grave, se é que se pode dizer isso, também têm sacrificado a sua infância, o seu direito de ser criança, de brincar, de estudar e de sonhar.

Ainda, dentre os pontos apresentados pelos trabalhadores, também salientamos a proibição de todas as formas de discriminação no trabalho, que têm historicamente prejudicado as mulheres brasileiras, que enfrentam dificuldades de acesso ao mercado em funções mais valorizadas, e também quanto aos salários, praticamente sempre menores do que os pagos aos homens, mesmo que ocupem as mesmas funções.

A propósito disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a edição de ontem do jornal **Zero Hora**, do meu Estado, o Rio Grande do Sul, traz uma importante matéria, sob o título: "Mulheres recebem metade do salário dos homens." E o subtítulo afirma que "Gaú-

chas trabalham mais e ganham menos que as brasileiras".

Diz a matéria:

"Apesar de representarem 44,3% da força do trabalho no Rio Grande do Sul, as gaúchas ganham menos da metade do salário médio dos homens. Enquanto os trabalhadores homens com mais de 10 anos de idade têm rendimento médio de R\$506 no Estado, o ganho das mulheres é equivalente a 49% deste valor (R\$248). Os dados constam da última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 1995 e divulgada este mês. A desproporção se acentua no campo, onde a mão-de-obra feminina ganha, em média, R\$68, 25,6% da masculina (R\$265).

O Rio Grande do Sul emprega mais mulheres, proporcionalmente, que a média do País, onde a força de trabalho feminina representa 40,4%. Mas a média nacional do salário das trabalhadoras representa 54,6% da remuneração dos homens. Ou seja, as gaúchas trabalham mais e recebem menos, proporcionalmente.

'Esta discriminação permanece mesmo nas categorias com maioria absoluta de mulheres, como as empregadas domésticas', exemplifica a advogada Denise Dora, da organização feminista Themis. 'As mulheres são 93% das empregadas e os homens, 7%, mas eles ganham mais do que elas', afirma, citando dados de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (Ipea)."

Identificando as verdadeiras causas dessa situação e consoante com a realidade que nós, mulheres, vivemos e combatemos no dia-a-dia, a matéria do jornal **Zero Hora** conclui afirmando que:

"Há uma grande desigualdade e uma alta exploração", afirma o economista Alejandro Arandia, presidente do Conselho Regional de Economia e técnico da Fundação de Economia e Estatística. Para Arandia, se a desigualdade tivesse relação com fatores como menos qualificação, menos experiência ou menor grau de escolaridade, seria pura e simplesmente uma regra de mercado. Só que isso não ocorre. É uma questão de preconceito', resume."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo brasileiro tem manifestado receio de que o tema da cláusula social esteja sendo utilizado pelos países industrializados como pretexto para adoção de medidas protecionistas, com surgimento de novas e sofisticadas restrições ao livre comércio, apesar do discurso oficial por parte dos líderes da economia mundial em favor do liberalismo.

É verdade que, nos últimos anos, têm se multiplicado, nos países centrais, ou ricos, regras unilaterais para restringir o acesso, aos seus mercados, de produtos que não atentem para as preocupações ecológicas ou sociais, o que de certa forma poderia justificar o receio das autoridades brasileiras.

No entanto, ao mesmo tempo, com aval dos próprios governos do Continente, também têm se verificado no âmbito das negociações do Mercosul, por exemplo, uma clara tendência à desregulamentação em matérias sociais e trabalhistas, o que, na prática, significa um agravamento das condições de trabalho, salariais e de organização dos trabalhadores dos países da região.

No Brasil, estamos às voltas com a discussão sobre a legislação sindical, previdenciária e demais direitos sociais e trabalhistas que, se levados à prática, como se pretende, sem o debate amplo com todos os interessados, centrais, federações, confederações, sindicatos e sociedade em geral, terminará, nos termos propostos, por comprometer não apenas os direitos, mas também a organização unitária dos trabalhadores e a capacidade de defesa e de luta das categorias.

Hoje mesmo, os jornais trazem a informação de que a Argentina pretende alterar a legislação trabalhista para implantar "salários variáveis", espécie de adaptação da proposta dos "contratos temporários", atualmente tramitando em nossa Câmara dos Deputados, que dá direito às empresas em dificuldades pagar apenas salários básicos, sem os demais direitos.

Cabe, aqui, também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, destacar a decisão da Comissão Parlamentar do Mercosul por ocasião da sua VII Reunião Quadripartite, realizada na cidade de San Luis, na Argentina, no mês de setembro, que decidiu adotar uma agenda mínima cobrindo temas de relevância social, tais como, emprego, educação, diferenças de gênero e formação de recursos humanos. Proceder-se-á, também, à avaliação dos efeitos possíveis das harmonizações de políticas sobre o tecido social da região, em especial, os impactos sociais provenientes dos ajustes e das reconversões, decorrentes da

integração. Entre esses impactos, cabe mencionar o assustador aumento do número de mulheres chefes de família, tanto no campo quanto nas áreas urbanas. Inclusive, é importante também comunicar a realização de um seminário sob o patrocínio da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e do Instituto Frederich Naumann, em Florianópolis, em 1º de novembro vindouro, para tratar da questão da criação de empregos no Mercosul.

Srs. Senadores, a questão dos direitos trabalhistas vem sendo objeto de preocupação por parte das entidades sindicais neste momento em que economia mundial avança na direção da globalização e, ao mesmo tempo, da formação de blocos econômicos, não sendo justo, portanto, que nesse processo, os trabalhadores sejam privados dos direitos tão penosamente conquistados ao longo de décadas de lutas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, além do registro da visita dos sindicalistas à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, trago aqui as preocupações dos trabalhadores e o alerta para a urgência de se acelerar a busca de formas para garantir os direitos sociais e trabalhistas nas negociações e acordos do Mercosul e de outros acordos internacionais de livre comércio.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejo se aproximar a eleição municipal. E vejo com muita preocupação essa proximidade

Talvez um dia tenhamos sonhado juntos, nós e eles, o sonho da dignidade, o sonho do respeito ao próximo, o sonho de uma sociedade em que a consciência pudesse se manifestar de uma maneira realmente livre, escolhendo aqueles que teriam o múnus de representá-la nas diversas esferas de governo.

No entanto, parece que agora sonhamos um sonho solitário, porque aqueles que sonhavam apenas nos enganavam, não eram realmente sonhadores, não eram utópicos, não queriam transformar nada da sociedade. E prova é que, uma vez alçados ao poder, ao invés de transformar, repetem e aprofundam os defeitos da nossa sociedade, sem pejo em continuar mentindo, em um processo de enganação hipócrita, pensando que o povo brasileiro é uma massa de manobra, que se deixa ilaquear por seus passes de mágica.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a modernidade, que, no seu sentido real e profundo, tem muito pouco a ver com essa "modernidade" que nos está sendo imposta de fora para dentro, trouxe consigo o poder da palavra, concentrou o verbo nos monopólios dos meios de comunicação, transformou esses meios de comunicação num poderoso centro de condicionamento, de controle da consciência individual. Esta ficou desarmada, inerme, e pode, fingindo que tem liberdade, apenas falar para auditórios vazios.

Os outros, os que detêm o monopólio da fala, roubaram-nos num dos nossos predicados essenciais, porque o homem é o produto da linguagem e do trabalho. Roubaram-nos os instrumentos de trabalho e retiraram-nos a possibilidade de uma fala efetiva. Falamos para as paredes. Essa liberdade nos é concedida, a fim de que legitimemos o poder da mídia, o poder de falar para oitenta milhões de brasileiros, de transformar a sua consciência, de injetar, desde a infância, a violência e o culto à violência, a fim de amedrontar a sociedade, preparando-a para se colocar desarmada e submissa; as guerras frias, as ameaças de que o Poder se vale para melhor se estruturar e para melhor explorar a humanidade.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, encaminhei ao Ministro Corregedor do Tribunal Superior Eleitoral denúncia contra o Sr. Maurílio Ferreira Lima, que se apoderou da Radiobrás, uma das mais importantes empresas estatais brasileiras. E esse senhor, que um dia parecia sonhar o nosso sonho, agora quer transformar os meios de comunicação brasileiros num verdadeiro pesadelo. E o faz com a máxima desenvoltura, esquecido de qualquer resquício ético.

É realmente de estarrecer o que acontece, a partir da Radiobrás, de forma declarada, aberta e escancarada, e de outras estações de televisão e rádio, de forma mais disfarçada, tendo por objetivo conseguir as finalidades que o Governo, envergonhado, pretende alcançar.

Em entrevista à revista *IstoÉ*, edição nº 1.374, de 31 de janeiro de 1996, diz, entre outras coisas, entre outros absurdos, o dono da Radiobrás – porque ele assim se considera, senão não poderia dizer: "Só aceitei o convite para a Radiobrás porque acreditava nele – no Presidente Fernando Henrique Cardoso – e no seu projeto político. Minha missão na Radiobrás é essencialmente política. Entendo comunicação como algo político. O projeto simbolizado pelo Presidente vai mudar o Brasil; por isso entrei na guerrilha da informação".

Guerrilha da informação! Para o Presidente da Radiobrás, a poderosa organização não está à disposição da implementação da cultura; não está à disposição de um processo que democratize o acesso dos brasileiros aos meios de comunicação monopolizados; não está a serviço da crítica das nossas instituições; não está a favor de propostas que possam ajudar a superar as angústias da sociedade; mas, sim, única e exclusivamente, é esse poderoso instrumento de comunicação em massa um instrumento de guerrilha; e ele, o Sr. Maurílio Ferreira Lima, que transformou o seu sonho em pesadelo para nós, utiliza nesse palanque moderno, que tem até 80 milhões de brasileiros disputando – esse é o verdadeiro palanque ao qual o poder não deveria comparecer; não são os palanquezinhos de madeira, em cidades pequenas, movidos por milhares ou apenas centenas de ouvintes e de correligionários; mas esse é o palanque moderno, o palanque perigoso, capaz de desequilibrar as balanças dos Partidos políticos na sua disputa pelo poder.

O Sr. Maurílio Ferreira Lima, que considera ter sido nomeado para a "guerrilha da informação", é inquirido pelo repórter Mino Pedrosa: "A Radiobrás está a serviço da reeleição do Presidente Fernando Henrique?" E ele responde: "Na Radiobrás, só não faço roubar nem deixar que roubem." Sequer matar, sequer os outros pecados capitais, sequer os outros crimes que a Humanidade condena em seus códigos fundamentais são respeitados pelo Presidente da Radiobrás. O limite de seu comportamento ético à frente da Radiobrás é apenas este: "Apenas só não faço roubar nem deixar que roubem; o resto faço e assumo." Como se ele não estivesse roubando, malversando os recursos públicos que foram colocados nessa empresa; como se não estivesse roubando aquilo que há de mais fundamental para o homem: a consciência; como se não estivesse defraudando a verdade em nome da necessária reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que expunge todos os crimes e pecados.

Diz o Sr. Maurílio Ferreira Lima, outrora democrata, hoje pendurado, não como papagaio, mas como tucano, no muro agora ativo e parcial de seu partido, e no ninho tucano da Radiobrás: "Quem está pensando em ser candidato a sucessor do Presidente Fernando Henrique será candidato contra ele."

Não se é candidato pretendendo fazer cumprir um programa de governo, uma meta de ação, mas de acordo com o homem do bacamarte televisivo e da guerrilha das telecomunicações, quando se impunham os instrumentos dessa luta desigual. Para de-

frontar o adversário como o inimigo, "quem está pensando em ser candidato a sucessor do Presidente Fernando Henrique será candidato contra ele; tem que topá-la, que saia da raia, porque o candidato à Presidência da República, em 1998, é Fernando Henrique Cardoso – disse o democrata moderno, o democrata de hoje em dia.

Portanto, é de estarrecer que esse homem, posto lá pelo democrata FHC, ainda continue imbuído de todos os poderes para realizar a sua guerrilha, que, infelizmente, não é uma guerrilha pessoal: ele tem, na sua trincheira, envergonhados companheiros de luta.

Mas não pára aí o disparate do Sr. Maurílio Ferreira Lima. Ele pretende não apenas utilizar toda a Rede Radiobrás e colocá-la na luta – na qual, de acordo com ele, só não vale roubar: o resto vale tudo – que levaria o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso a mudar a Constituição de 1988 para conseguir a sua recandidatura. Interessante é que, quando Lula ameaçava ganhar as eleições, reduziram o mandato não apenas de seis para cinco anos, mas depois para quatro anos, para que Lula só governasse quatro anos sem possibilidade de reeleição.

Todavia, essas forças estranhas e ocultas mudaram os dados, esses dados mentirosos que também servem para enganar, para perturbar a orientação, para desorientar, para enganar os eleitores. De início, essas pesquisas. Encaminhei, também, um projeto neste sentido: para regulamentar o uso da mentira sistemática, da mentira elaborada por institutos de mentira, de venda de enganação, de números enganados e enganosos.

Esse instituto de pesquisa, a que os partidos pequenos não têm acesso – não querem comprar por questão de consciência e não podem comprar por falta de dinheiro – esses institutos só estão a serviço da continuidade, dos grandes Partidos, para a permanência dessa estrutura devassa e perversa.

Portanto, o que acontece? Os truques são muito conhecidos. Eu mesmo participei de três eleições em Brasília e fui vítima desses institutos. Não apenas eu, mas todos aqueles que participaram, tentaram participar como candidatos minoritários num processo totalmente desigual; todos nós sabemos o que acontece com esses institutos.

As primeiras pesquisas colocam os candidatos da Oposição, aqueles que não pagaram pesquisas, aqueles que não têm dinheiro e não têm vontade de comprar esses resultados, lá no alto, nos píncaros das preferências populares, para depois fazê-los

precipitar; e aí, na queda daquela preferência inicial, também mentirosa, é que se elevam os candidatos do dinheiro, os candidatos a que essas empresas, em nome da democracia, da liberdade de comunicação, da transmissão do conhecimento e da palavra, em nome dessa liberdade, eles passam a constituir uma verdadeira indústria da mentira, do engano e do engodo.

Então, com a queda dos candidatos que já foram predeterminados para perder as eleições, sobem os candidatos do dinheiro, os candidatos do poder, os candidatos dos monopólios. Isso se repete a cada dia.

A novidade, agora, é que uma rádio oficial ou semi-oficial, um conjunto de estações que formam a Radiobrás, empresa pública, passa a colaborar da forma mais despidorada no sentido de desencaminhar o bom curso do processo eleitoral.

Diz ainda o ilustre Presidente da Radiobrás – agora me desculpem porque repetirei o caçanje, o português chulo utilizado pelo sensível e culto Presidente da Radiobrás: "Sinto-me profundamente sacaneado porque votei a diminuição do mandato de cinco para quatro anos, porque o art. 2º do projeto promovia a reeleição. Aí, houve um tumulto no plenário..."

É esse o nível de erudição, de cultura, de capacidade verbal e de sensibilidade política e democrática que se instalou com o seu bacamarte no centro da Radiobrás – bacamarte eletrônico, como completa o nobre Colega Bernardo Cabral.

Creio que não seria necessário, então, que os políticos, pessoalmente, comparecessem a inaugurações ou reinaugurações de obras fantásticas, de pedras fundamentais, de boas intenções; não precisaria que isso acontecesse. Bastaria, obviamente, a eficiência dessa Radiobrás, que não pretende alcançar apenas os eleitores residentes no Brasil. Recorda-se o seu Presidente dos 2 milhões – 1,5 milhão, diz ele – de brasileiros que estão morando nos Estados Unidos, brasileiros que, pelo desemprego, pelo baixo salário, pelas precárias condições de vida, não puderam continuar conosco – "Ame-o ou deixe-o" –, foram obrigados a deixar-nos.

Assim, lembrando-se de que no Chile, de Pinochet, deu muito certo uma campanha dirigida aos caminhoneiros, que, segundo ele, ouvem o rádio e saem repetindo as notícias que ouviram, constituindo-se, assim, em ouvintes privilegiados, ele quer que programas da Radiobrás sejam dirigidos especificamente aos exilados ou emigrados brasileiros, os 2 milhões, que têm o direito de ser cidadãos, têm o direito de escutar a palavra de Sua Excelência o

Presidente da República, têm o direito de se informar das promessas do Partido que o colocou no centro dessa potente rede de emissoras.

Diz ele que sabe que não é apenas através dessas mensagens radiofônicas que se fazem os cidadãos, que se conserva lá fora a cidadania brasileira, motivo pelo qual propôs também a aposentadoria para os emigrados. E nós aqui, Srª Presidente, padecendo do assalto à nossa aposentadoria. Os nossos contra-cheques foram assaltados. Depois que paguei minha aposentadoria durante 38 anos, verifico que levaram 12% dela. Contra a Constituição, erga omnes, contra todos, assaltaram meu contra-cheque de aposentado. Ele quer os benefícios da aposentadoria para aqueles que estão trabalhando lá fora. Mais do que isso, ele quer a contribuição deles – aí, sim –, para que tenham direito à aposentadoria.

Assim, de despautério a despropósito vai o Sr. Presidente, o Sr. Diretor da Radiobrás, Maurílio Ferreira Lima, tecendo o seu programa, que vai nos ajudar a realizar uma eleição livre neste País.

Mas não é só a Radiobrás. Se prestarmos atenção, veremos que existem outras potentes emissoras de TV que criam figuras simpáticas, inocentes, ingênuas, como aquele tal de "Senador Caxias", que pende entre a idiotia e a completa ausência de consciência dos problemas brasileiros.

Escolheu um problema, grave problema, sério problema, mas um samba de uma nota só: só fala em reforma agrária, porque agora falar em reforma agrária, sem executá-la, passou a ser moda, a moda dos chiques, a moda das maiorias, das minorias, a moda dos millionários. Agora, é de bom tom declarar-se a favor de uma reforma agrária que não chega nunca; mas, quando ela ameaça concretizar-se, cai a máscara, silencia-se a boca e tudo volta atrás: "Vamos expulsar os invasores, os baderneiros", dizem eles.

O Senhor Presidente da República não teve pejo em comparecer à cidade cenográfica dessa emissora a fim de cumprimentar pessoalmente o senador basbaque, o senador parvo, papalvo, lorpa. Esse senador simpático que fica para lá e para cá desmoralizando seus colegas senadores e falando para um auditório vazio as suas reivindicações tolas e vazias. Foi lá o Senhor Fernando Henrique Cardoso cumprimentar o simpático artista que faz esse papel e recebeu dele a declaração, também divulgada para milhões de telespectadores, de que era a favor da reeleição.

Interessante! Que coincidência! O que tem a ver uma coisa com a outra? Por que essa conversa,

em que o ator declara que é, tal como o dono da Radiobrás, a favor da reeleição do Presidente da República? Então, não andou à toa o Senhor Presidente na sua ida à longínqua cidade cenográfica.

Interessante como a fantasia se mistura à realidade, age sobre a realidade, e como a fantasia, o mito, a mitologia é capaz de influenciar no comportamento real dos homens.

Assim, de uma pernada só, quantos milhões de brasileiros passam a ser também simpatizantes da tese do "Senador Caxias", homem sério, imagem séria, imagem escorreita, imagem preocupada com os interesses nacionais? Mas imagem produzida pelas indústrias de produção da imagem; imagem produzida pela indústria que vende imagens, que fabrica imagens de estadistas, de políticos, de artistas. Essas imagens, uma vez fabricadas, passam a dominar as pessoas, até a determinar o seu comportamento. Então, quando os narcisos, que têm essas imagens fabricadas, envelhecem, engordam ou se deformam, costumam se refugiar no vício, na morte e no suicídio. Quantos artistas não fizeram isso?

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Nobre Senador Lauro Campos, perdoe-me, mas o Regimento me impõe que eu lembre a V. Exª que o seu tempo já se esgotou há 13 minutos. Peço-lhe que conclua o seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS – Eu que peço desculpas por ter ultrapassado tanto o tempo que me era reservado:

Então, encaminhei o documento, na esperança de que o Sr. Corregedor-Geral do Tribunal Superior Eleitoral pudesse tomar providências a fim de pelo menos dirimir essa desigualdade, essa postura injusta, antidemocrática, partidariamente sectária, que ainda hoje, infelizmente, preside o processo de manifestação e apuração da consciência de nossos eleitores.

Assim, vejo agora que os números começam a se ajustar de novo.

Em São Paulo, hoje, os jornais noticiam que Pitta, cujo prestígio havia sido empinado por essas empresas de pesquisa, caiu sete pontos.

A Erundina, coitada, que nunca teve condições, nem consciência para comprar resultados de pesquisa, começa a se aproximar do primeiro lugar. Certamente, agora já se tem que admitir que ela disputará o segundo turno.

Isso aconteceu inúmeras vezes.

Eu, quando disputei uma vaga para o Senado Federal, na primeira eleição de Brasília, com mais 67 candidatos, não fui incluído, 15 dias antes da

eleição, entre os 20 mais votados no Distrito Federal. Vinte dias depois, abertas as urnas, fui o segundo mais votado entre os 67.

Cansamos de ver essa estratégia que dirige o processo eleitoral somando-se a outras, a fim de preservar o oligopólio do poder, a fim de preservar os direitos, que não passam, muitas vezes, de capas que institucionalizam o comportamento divergente, o comportamento anti-social, o comportamento criminoso.

O crime, muitas vezes, transforma-se em algo perfeitamente legal. Quem sabe se descriminarmos o homicídio, o Brasil não poderá apresentar uma taxa muito baixa de criminalidade? Se descriminarmos o tráfico, também o PIB brasileiro poderá sofrer uma grande elevação, incorporando esse componente na produção dessa terrível riqueza capitalista: o ópio, os barbitúricos.

Mas ainda sobreviverá uma consciência que sabe desmascarar o comportamento anti-social, ainda que não apenado e não configurado como crime pelos códigos, mas que ofende a vida coletiva e desrespeita a sociedade.

Portanto, espero – ainda espero! – que o Sr. Maurílio Ferreira Lima possa um dia responder pelas suas declarações; espero também que um dia exista uma televisão realmente democrática, meios de comunicação realmente livres, meios de comunicação a serviço do desenvolvimento da consciência humana e da capacidade crítica dos povos.

Continuo, Sr. Maurílio Ferreira Lima, que desbandou da nossa utopia, que fugiu da nossa utopia para nos impor esses pesadelos que representam a sua fala de hoje, continuo a acreditar!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O Senador Odacir Soares enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno da Casa.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quem imagina que as ações de reforma agrária ou as iniciativas de promover assentamentos de famílias, promovidas pelos governos brasileiros nas últimas décadas modificaram a estrutura fundiária do País está incorrendo em terrível engano.

A perversa concentração de terras no Brasil é nos dias de hoje igual ao quadro existente nos idos de 1940, ou seja, na questão agrária o Brasil acumula 56 anos de atraso, de medidas inócuas.

Essa constatação é uma das principais conclusões a que chegamos ao consultar o Atlas Fundiário

Brasileiro, editado e lançado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. A distribuição de terras pelas diversas classes, com o número de imóveis, área ocupada pelos imóveis de cada classe é profundamente preocupante.

O País em suas grandes propriedades ou latifúndios, concentra 56,7% de todas as terras cadastradas, dos imóveis rurais (187.762.627 hectares), apesar de representarem apenas 2,8% do total de imóveis.

A média propriedade expressa 19,9% da área ocupada e em termos de número de imóveis, concentra 8,0%.

Sr. Presidente, a grande propriedade e a média propriedade, somadas, concentravam uma área ocupada de 253.725.812 hectares, o que correspondia a 76,6% de toda a área ocupada no Brasil que alcançava 331.364.012 hectares.

Os minifúndios e pequenas propriedades somavam 77.638.198 hectares, o que corresponde a 23,4% da área ocupada. Os minifúndios, muito embora totalizem 1.938.441 imóveis rurais, o que expressa 62,2% do total dos imóveis, concentram 26.184.660 hectares, o que significa 7,9% da área ocupada.

O Ministro Raul Jungmann diz que "o Atlas Fundiário Brasileiro é um poderoso instrumento para subsidiar o programa de reforma agrária e mostra que ela é necessária e urgente.

Diz mais o Ministro da Reforma Agrária: "Elá mostra que o Brasil continua com uma das mais altas e vergonhosas taxas de concentração de terras do mundo".

Para fazer, cientificamente, a comparação das taxas de concentração de terras, é usualmente usado o chamado "Índice de Gini", um indicador usado internacionalmente para tal medição.

No Brasil, desde 1940, esse índice mantém-se um pouco acima de 0,8 – numa escala de 0,0 a 1,0. O indicador estatístico internacional, (Índice de Gini), serve para medir a concentração da propriedade da terra. Quanto mais próximo de zero, menor é a concentração; quanto mais próximo de UM, mais terras estão nas mãos de menos pessoas.

Nos Estados Unidos e Canadá, o índice de Gini chega a 0,4. Na América Latina e em países vizinhos como a Argentina e Chile, esse índice não passa de 0,5. No Brasil ele supera a Índia e o Paquistão, onde o índice, considerado muito forte, é de 0,7.

É importante conhecer as discrepâncias medidas pelo índice de Gini entre as regiões brasileiras. A região Norte é aquela com o índice de Gini mais

alto; alcança um valor de 0,849 e supera os valores das regiões Centro-Oeste com 0,804 e o Nordeste que possui um índice de 0,791.

As regiões Sudeste, com valor de 0,742 e Sul, com 0,607, são as que possuem índices mais aceitáveis (muito embora sejam o dobro dos valores apresentados para a Bélgica e Holanda e muito próximo dos valores da Índia e do Paquistão).

O Atlas Fundiário Brasileiro, Sr. Presidente, informa ainda as disparidades regionais do País, quando aponta que na região Norte 45% dos imóveis são improdutivos e 78% da área é improdutiva. A região Centro-Oeste tem um percentual de 38% dos imóveis improdutivos e 63% da área improdutiva.

A região Nordeste tem 20% dos imóveis improdutivos e 70% da área improdutiva. Na região Sudeste, 27% dos imóveis são improdutivos e 50% da área é improdutiva. Finalmente, a região Sul conta com 20% dos imóveis improdutivos, e 63% da área improdutiva.

É muito interessante confrontar esses dados com os dados de área de lavoura: quanto maior o estabelecimento, maior a proporção improdutiva de sua terra. Assim os pequenos agricultores lavram 65% dos seus estabelecimentos; os de 10 a 1.000 hectares lavram 25%; os de 100 a 1.000 hectares lavram 13%; os de mais de 1.000 hectares lavram apenas 6,7%. Os proprietários com áreas maiores do que 10 mil hectares lavram apenas 2,3% de suas propriedades. O IBGE traz ainda uma situação de 61 estabelecimentos de mais de 100 mil hectares que utilizam para lavoura apenas 0,14% do total.

Sr. Presidente, no conjunto, esta é a realidade: a maior parte das terras agrícolas do País é utilizada como reserva de valor por grandes proprietários, que preferem immobilizar grandes áreas e esperar que estas se valorizem, em decorrência de investimentos públicos e privados de terceiros, a desenvolver atividades produtivas.

Essa situação é, em geral, mal disfarçada por aquilo que se tem chamado, pudicamente, de "pecuária extensiva".

O Ministro Raul Jungmann assumiu o compromisso junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, de criar um fundo nacional para a reforma agrária. Entre as fontes de recursos, Jungmann espera contar com o Imposto Territorial Rural – ITR, cuja proposta de alteração chegará ao Palácio do Planalto nos próximos dias.

O Ministro estima, ainda, que seja necessário assentar pelo menos dois milhões de famílias de "sem-terra" num prazo de 10 a 15 anos, a um custo que pode variar entre R\$35 e R\$37 bilhões.

O custo médio por família assentada no Brasil, é de R\$16.100,00. Na região Norte é de R\$14.366,00; no Centro-Oeste, R\$11.890,00 e no Nordeste, R\$19.890,00. As regiões Sudeste, com R\$24.444,00 e Sul, com R\$28.789,00, são as regiões de mais altos custos de assentamento por família.

Nunca é demais trazer à lembrança a contribuição do Deputado Nestor Duarte, Constituinte de 1946, que escreveu:

"Uma reforma agrária nas atuais condições da economia agrícola do Brasil, terá que visar a dois fins: aumentar a produção nacional de alimentos para um povo, que todos os nutrologistas afirmam não ter o que comer, nem saber como deve comer, e assegurar terras, dentro de novos termos de divisão do solo e de estabilidade econômica, para uma sempre maior população campesina, até agora sem teto, sem terra e sem instrumento de trabalho próprio".

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h10min)

ATA DA 144ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1996

(Publicado no DSF, de 12 de setembro de 1996)

RETIFICAÇÕES

No sumário da Ata, à página 15748, 1^a coluna, no item 2.3.1,

Onde se lê:

2.3.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 15 horas e 45 minutos, com Ordem do Dia que designa.

Lê-se:

2.3.1 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

No texto da Ata, em falas da Presidência, à página nº 15856, ao final da 2^a coluna,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) – Sobre a mesa, alterações propostas pelo relator, que serão

lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

São lidas as seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) – Votação em globo do restante das propostas apresentadas pelo Sr. Relator.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Presidência convoca sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se, hoje, às 15 horas e 45 minutos, com a seguinte:

Lela-se

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) – Votação em globo do restante das propostas apresentadas pelo Sr. Relator.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) – A matéria vai à Comissão Temporária para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) – A Presidência designa para a sessão ordinária de hoje, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

ATA DA 145ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1996

(Publicada no DSF, de 12 de setembro de 1996)

RETIFICAÇÃO

Tornar sem efeito as retificações feitas no sumário do Diário do Senado Federal, de 18/9/96, no item 3 – Retificação, página nº 16251, 2ª coluna; e à página nº 16266, 2ª coluna, referente à Ata da 145ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 11 de setembro de 1996, e publicado no Diário do Senado Federal do dia subsequente.

<p>MESA</p> <p>Presidente José Samey - PMDB - AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho - PSDB - AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos - PFL - MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares - PFL - RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros - PMDB - AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias - PPB - MS</p> <p>4º Secretário Emanoel Amorim - PMDB - RO</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>Antônio Carlos Valadares - PSB - SE Eduardo Suplicy - PT - SP Ney Suassuna - PMDB - PB Emilia Fernandes - PTB - RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma - PSL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS 2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE 3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 18 e 23-11-96) Nabor Júnior - PMDB - AC Waldeck Omellas - PFL - BA Emilia Fernandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - ES Lauro Campos - PT - DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Amuda - PSDB - DF Wilson Kleinöbing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidio Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marisa</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
--	--	---

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner 2. Ramez Tebet 3. Nabor Júnior 4. Ney Suassuna		1. Onofre Quinan 2. Gerson Camata 3. Flaviano Melo 4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Élcio Álvares 2. Francelino Pereira 3. Waldeck Ornelas 4. José Alves		1. José Agripino 2. Carlos Patrocínio 3. Vilson Kleinabring 4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara 2. (vago)		1. Jefferson Peres 2. José Ignácio Ferreira
1. Epitácio Cafeteira 2. Osmar Dias (PSDB)	PPB (ex-PPR + ex-PP)	1. Lucídio Portella 2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
1. Emilia Fernandes	PTB	1. Arlindo Porto
1. Marina Silva	PT	1. Lauro Campos
1. Darcy Ribeiro	PDT	1. Sebastião Rocha
		Membro Nato
		Romão Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *1
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
VAGO	
PFL	
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
VAGO	
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
OSMAR DIAS	PR-2121/22
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEbet	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
--------------------	------------	----------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	------------	--------------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
----------------------	------------	------------------	------------

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1-VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	8-VAGO
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
JOEL DE HOLLÂNDIA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
 (17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	PMDB
RAMEZ TEBET	M S-2222/23 1-GILVAN BORGES AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05 2-ROBERTO REQUIÃO PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94 3-VAGO
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
	PFL
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74 1-JOÃO ROCHA TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69 2-FRANCÉLINO PEREIRA MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
	PSDB
CARLOS WILSON	PE-2451/52 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
	PPB
SANDRA GUIDI	SC-4206/07 1-LUCÍDIO PORTELLA PI-3055/56
	PT
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16 1-LAURÓ CAMPOS DF-2341/42
	PTB
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60 1-VALMIR CAMPELO DF-12/1348
	PDT
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
	PSB / PPS
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
 SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
 TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
 TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
 FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
	1-ROBERTO REQUIÃO
	2-NEY SUASSUNA
	2-VAGO
	4-GILBERTO MIRANDA
	5-CARLOS BEZERRA
	6-VAGO
	7-VAGO
PFL	
FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
	1-CARLOS PATROCÍNIO
	2-JOSAPHAT MARINHO
	3-JONAS PINHEIRO
	4-GUILHERMÉ PALMEIRA
	5-WALDECK ORNELAS
	6-JOSÉ ALVES
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012
PEDRO PIVA	SP-2351/2353
	1-GERALDO MELO
	2-CARLOS WILSON
	3-COUTINHO JORGE
	4-OSMAR DIAS
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
	1-JOSÉ BONIFÁCIO
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
	1-DARCY RIBEIRO
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
	1-MARINA SILVA
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
	1-VAGO
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162
	1-ROMEU TUMA
	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
 FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
 PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
 (19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MÉLO	AC-3493/94
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
	1-MARLUCE PINTO
	2-FERNANDO BEZERRA
	3-RONALDO CUNHA LIMA
	4-GERSON CAMATA
	5-IRIS REZENDE
	6-RAMEZ TEBET
	RR-1101/4062
	RN-2461/67
	PB-2421/27
	ES-3203/04
	GO-2031/37
	MS-2221/22
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
	1-JOEL DE HOLLANDA
	2-BELLO PARGA
	3-JOÃO ROCHA
	4-JOSÉ ALVES
	5-VILSON KLEINÜBING
	PE-3197/99
	MA-3069/72
	TO-4071/72
	SE-4055/57
	SC-2041/47
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
	2-CARLOS WILSON
	3-PEDRO PIVA
	ES-2021/27
	PE-2451/57
	SP-2351/53
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
	1-JOSÉ BONIFÁCIO
	TO-3055/57
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
	1-MARINA SILVA
	AC-2181/87
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
	1-VALMIR CAMPELO
	DF-12/1348
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
	1-DARCY RIBEIRO
	RJ-3188/89
PSB / PPS	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
	ANTONIO C. VALADARES
	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(SEÇÃO BRASILEIRA)

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares

PMDB

José Fogaca
Casildo Maldaner

PFL

Vilson Kleinübing
Romero Jucá

Lúdio Coelho

Héridorio Artur

Emilia Fernandes

Suplentes

Mariuza Pinto
Roberto Requião

Joel de Hollanda
Júlio Campos

Geraldo Melo

Dilceu Sperafico

Miguel Rossetto

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Luciano Pizzatto
Paulo Bornhausen

PMDB

Paulo Ritzel
Valdir Coleto

PSDB

Franco Mostoro

PPB

Fetter Júnior⁴

PP

Dilceu Sperafico

PT

Miguel Rossetto

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Antônio Ueno
José Carlos Vicira

PMDB

Elias Abramo
Rivaldo Macari

PSDB

Yeda Crusius

PPB

João Pizzolatti

PP

Augustinho Freitas

PT

Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Mariuza Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96



EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS